

UNIVERSIDADE BRASIL
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

Autores: Alex Sandro Tomazini/Andréa Gilmara Domingues

RESUMO

O presente artigo objetiva afirmar os benefícios da prática da avaliação na educação infantil, como instrumento essencial para a ressignificação das intervenções pedagógicas, a fim de redirecionar a aprendizagem, e promover uma significativa construção do conhecimento. O objetivo é destacar a relevância do profissional da educação adotar uma prática reflexiva e crítica diante do processo de ensino-aprendizagem, enfatizando a avaliação como um ponto de partida preponderante para a reelaboração das mediações docentes. Portanto, o professor que se apropria da avaliação visando analisar verdadeiramente o desenvolvimento e as conquistas dos alunos, e também repensar suas práticas educativas para adequação de suas intervenções, é um profissional que colabora para uma aprendizagem significativa na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Aprendizagem; Avaliação.

INTRODUÇÃO

No decorrer de nossas experiências no cotidiano da Educação Infantil, percebemos a importância da avaliação utilizada para observar e analisar os diferentes níveis de competências das crianças e seus progressos durante o processo educativo.

O que alicerça a avaliação é a análise de informações sobre o que as crianças sabem ou não em relação à determinada atividade proposta e como agirão a cada novo desafio. Essas informações nortearão intervenções reguladas e adequadas às necessidades de cada criança.

Para tanto, cumprir o papel de avaliador da aprendizagem na Educação Infantil requer do professor muita atenção. Diferentemente do Ensino Fundamental onde os alunos são avaliados com testes e provas, na Educação Infantil eles são avaliados a todo o momento, nas diferentes formas e aspectos, e, para tanto, a observação é um valioso instrumento.

Para se atingir o êxito na avaliação, o professor primeiramente deverá determinar as pautas de observação, definir o que se pretende avaliar nas diferentes áreas do conhecimento, considerando sempre as relações sociais. Somente dessa maneira, poderá levantar dados e informações significativas para o êxito em todo o processo.

Um privilégio da Educação Infantil é a diversidade de momentos nos quais as crianças podem ser avaliadas. Constatamos que a avaliação que estabelecemos das crianças sobre suas competências é preponderante na formação do seu autoconceito, sendo assim, o docente como figura central dessa prática deve atentar-se para realização de avaliações positivas que motivem e impulsionem seus alunos à aprendizagem.

OBJETIVOS

O objetivo central desta pesquisa é enfatizar a relevância da avaliação no âmbito da Educação Infantil, bem como a sua contribuição para transformação de atitudes pedagógicas favoráveis à construção do conhecimento das crianças.

METODOLOGIA

A partir das observações, realizamos a pesquisa científica na qual procuramos nos embasar em teorias e pesquisas de autores como Hoffmann, Luckesi, entre outros, que abordaram a avaliação como fator de grande importância no processo de ensino-aprendizagem, como meio de reflexão das práticas pedagógicas e ressignificação dessas, com a finalidade de propiciar momentos de aprendizagem significativa aos diferentes níveis de desenvolvimento existentes em uma sala de aula.

DESENVOLVIMENTO

A observação leva o docente a conhecer os diferentes níveis de competências das crianças e reconhecer o que são capazes de aprender, coletando subsídios para diversificar suas estratégias de ensino, possibilitando, assim, avanços significativos na aprendizagem das crianças.

Além disso, observar é o início da tomada de decisão em relação ao plano educativo, o que possibilita ao docente o poder de transformar o percurso e modificar suas ações, procurando atender as singularidades e oferecendo condições de aprendizagem a todos.

Com as informações coletadas durante a observação, o professor poderá rever seu planejamento e adequá-lo à realidade de seus aprendizes. Será no ato da observação que o professor desenvolverá o senso crítico para julgar suas práticas e perceber o envolvimento de seus alunos no decorrer das atividades oferecidas.

Segundo Hoffmann (1998, p. 84), “o acompanhamento do processo de construção do conhecimento se dá pela observação e reflexão permanente sobre as manifestações das crianças”. Sabemos que a observação ativa é uma forma avaliativa informal, mas essa é a prática que abre o caminho para os primeiros passos da avaliação, pois ao observar os alunos e compreendê-los integralmente, o professor poderá melhorar as oportunidades de aprendizagem tornando-as mais significativas às experiências que irão vivenciar.

Além disso, é na observação que conseguimos compreender as hipóteses das crianças, suas compreensões, visões de mundo, seus anseios, dúvidas. A coleta de dados por meio da observação ampara o docente na elaboração de um plano de ensino que faça seus educandos refletirem sobre as possibilidades e progredirem paulatinamente, reformulando suas respostas, alcançando as metas de ensino e construindo efetivamente seus conhecimentos.

Outra razão pela qual podemos considerar a observação como o primeiro momento da avaliação se justifica nas informações que obtemos sobre os conhecimentos prévios dos alunos. Dessa forma, o professor irá se apoderar de dados úteis e requisitos indispensáveis para melhor planejar suas atividades, descobrir o que é instigante a eles, atribuindo sentido aos fazeres das crianças na escola, assim, elas se sentirão motivadas e impulsionadas a se envolverem nos desafios.

É imprescindível ressaltar que o ato da observação durante toda a prática avaliativa é o que fundamentará as colocações do docente com relação ao desempenho de todos os alunos.

Ao introduzir uma nova unidade de trabalho e coletar informações sobre os conhecimentos prévios e experiências vivenciadas pelas crianças, o professor terá organizado alguns questionamentos em que outras perguntas serão elaboradas com base nas respostas obtidas, por fim, todas as informações coletadas serão primordiais para a preparação de um planejamento farto de atividades apropriadas e significativas para a turma.

Dessa maneira, “avaliação inicial com função diagnóstica”, nos apresenta como é possível coletar informações relevantes para a elaboração do planejamento, dos objetivos e das estratégias de ensino.

O segundo tipo de avaliação evidenciado por Bassedas et al (1999) é a avaliação formativa. Essa tem por objetivo modificar as ações e o percurso da atividade, com base nas observações obtidas durante a execução da tarefa. A avaliação formativa servirá basicamente para adaptar as práticas educativas do professor, os métodos utilizados para o desenvolvimento da atividade, visando atender às necessidades individuais que cada aluno apresentar, procurando ajudá-los a construir novos saberes. Novamente associaremos esse tipo de avaliação de Bassedas com a “função controle” exposta por Libâneo (1994, p. 185).

Libâneo (1994, p. 197) explica que função de controle na avaliação escolar, refere-se a “frequência de verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando diagnóstico das situações didáticas”. Nesse sentido, os autores explicam a importância de estabelecer uma análise contínua durante o momento de aprendizagem, permitindo que o professor perceba como cada criança esta assimilando o conhecimento e desenvolvendo suas habilidades.

Faz-se necessário destacar que, nesse momento, o educador não se deve pretender a avaliar somente o que a criança é capaz de realizar com autonomia, mas também considerar o que ela faz com auxílio do outro na interação.

Esse será o momento de investir na Zona de Desenvolvimento Proximal, definida por Vygotsky como a distância entre a Zona de Desenvolvimento Real – o que a criança é capaz de realizar sozinha por já ter consolidado o conhecimento, e a Zona de Desenvolvimento Potencial – o que a criança é capaz de realizar com auxílio de outro mais experiente. Esse investimento na Zona de Desenvolvimento Proximal ocorre porque será esse o momento em que o professor deverá atuar, intervindo diretamente e mediando com estratégias inovadoras, conduzindo o aluno ao alcance do nível real, concretizando seus conhecimentos.

O terceiro e último tipo de avaliação segundo Bassedas et al (1999), é a avaliação somativa que tem como intenção estabelecer informações sobre os progressos alcançados pelas crianças, relacionando o que aprenderam como conteúdo trabalhado e seus objetivos.

Para Libâneo (1994, p. 120), esse é o momento da função pedagógico-didática, que se refere a análise e levantamento dos resultados obtidos pelos alunos e os objetivos almejados pelo professor.

Também percebemos que a observação é o princípio da ação avaliativa, mas essa ação se estende a outros instrumentos válidos para coletar informações sobre a aprendizagem das crianças.

Explicaremos a seguir cada um desses recursos citados, iniciando com o relatório sobre as construções das crianças:

Relatórios de avaliação devem expressar avanços, conquistas, descobertas dos alunos, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, em seu desenvolvimento, dirigindo-se aos encaminhamentos, às sugestões de cooperação entre todos que participam do processo. (HOFFMANN, 1998, p. 184).

Este tipo de avaliação se refere à descrição do modo como os alunos participam, interpretam e se envolvem durante a atividade.

Para isso, é aconselhável que o professor nomeie a atividade do dia para registrar o desenvolvimento da proposta. Também é recomendável que o professor estabeleça o que observar, qual habilidade, conhecimento, ou atitude pretende analisar e se houve progresso ou não. No entanto, o professor só conseguirá se guiar por esses relatos se planejar atividades com objetivos claros e coerentes com a aprendizagem que deseja que as crianças consolidem.

O relatório de observação tem como principal função favorecer uma reflexão organizada sobre a aprendizagem das crianças, permitindo ao docente uma análise sobre o processo de ensino e de aprendizagem. É nessa reflexão que o educador toma consciência dos avanços e das dificuldades dos alunos, e qual percurso deverá seguir a aprendizagem rumo à aquisição de novos conhecimentos.

É importante destacar, como faz Hoffmann:

Essa tarefa de registro cumprida ‘burocraticamente’ aliada à ausência de formação teórica para analisar o que acontece com a criança, ou mesmo a pouca preocupação em observá-la no cotidiano, transforma a avaliação em preenchimento de registros sem significado pedagógico. (1997, p. 13).

Nesse sentido, de nada vale um relatório extenso, se não houver um momento reflexivo no qual o docente perceba o caminhar do grupo e das crianças individualmente, de seus progressos no âmbito da aprendizagem e de suas relações sociais. Além disso, esse momento exigirá do educador conhecimentos teóricos sobre todo o desenvolvimento infantil, que embasarão e fundamentarão suas observações.

Vale destacar que o relatório documenta o processo de ensino e aprendizagem, o qual será útil para investigar, acompanhar e oportunizar o desenvolvimento integral das crianças.

Ainda nessa direção, esse olhar reflexivo sobre a criança oferecerá subsídio para que o docente examine minuciosamente o atendimento às diversidades dos níveis de aprendizagem dos alunos da sala.

Assim, é fundamental refletir criticamente sobre as práticas educativo-pedagógicas e buscar meios de ensino diversificado que permitam a realização de tarefas de acordo com a capacidade da criança.

Acerca dessas considerações, é importante que o professor entenda que crianças interagindo dentro de um mesmo âmbito escolar e recebendo as mesmas oportunidades e incentivos do meio, apresentarão características que lhe são peculiares e construirão seus conhecimentos em próprio tempo e ao seu modo.

Por essa razão, necessitam de intervenções e estratégias diferentes, inovadoras, que se adequem à individualidade da criança, e possibilitem o momento de evolução. “Não basta, portanto, tentar entendê-la a partir do nosso ponto de vista, mas buscar a compreensão de sua própria perspectiva”. (HOFFMANN, 1997).

Um aspecto interessante destacado por Hoffmann (1997) levanta a crítica sobre o sentido errôneo que alguns professores entendem por relatório de avaliação.

Segundo a autora há uma distorção do verdadeiro significado de utilizar os registros como meio de avaliação, pois compreendem que avaliar e relatar o comportamento que as crianças apresentam no decorrer do semestre, seguindo roteiros padronizados para descrever a participação das crianças em situações variadas do cotidiano da Educação Infantil, limitando suas observações às expressões: “durante a adaptação, na roda de conversa, no parque, entre outras coisas.”.

Portanto, há uma uniformidade nos relatos, a qual não permite ao docente investigar os níveis de aprendizagem da criança nas variadas oportunidades de avanços, restringindo sua evolução. A tarefa de registrar de maneira padronizada e superficial o desenvolvimento dos alunos não cumpre seu significado pedagógico, somente relata a participação nas atividades de maneira superficial.

Para a autora, o professor precisa assumir uma postura de mediador, e construir um espaço de crescimento para os alunos. Mesmo consciente de que as crianças necessitam atingir determinados objetivos educacionais desejados para a faixa etária em que se encontram, é preciso vê-las individualmente, como únicas, e respeitar o tempo de cada uma

delas, compreendendo que algumas metas almejadas só serão consolidadas ao longo de suas vivências e experiências na interação.

Trata-se de descrever com detalhes relatórios que tracem o perfil da criança em sua individualidade, referindo-se às capacidades, domínios que cada uma consolidou no decorrer das interatividades, intervenções e mediações pedagógicas propostas nas aulas. Nesse caso, o registro é um pouco de referência para que o docente detecte o desenvolvimento da turma e estabeleça uma proposta pedagógica voltada para o auxílio ao processo de aprendizagem.

Isso significa, entretanto, que a avaliação tenha por fundamento uma concepção de educação que respeite cada momentos de vida da criança, no seu tempo de se desenvolver, ao contrário de parâmetros de julgamentos de atitude que a rotulam, estigmatizam comportamentos, julgam-na precocemente incapaz. (HOFFMANN, 1997, p. 50).

Dessa forma, o relatório só cumprirá seu verdadeiro significado como método avaliativo se desfrutar da observação do cotidiano da criança seguindo todo seu trajeto no espaço escolar, suas tentativas de superação, conquistas de novos desafios, sem esquecer, é claro, de enxergá-la como um ser único.

Ao mesmo tempo em que o relatório registra a história da criança, sugere e aponta caminhos mais eficazes para futuras ações educativas.

Para adquirir um acervo rico de informações sobre o desenvolvimento das crianças, o professor dispõe de atividades que oferecem dados para investigação, como produções individuais e coletivas, com ou sem interferência, além dos momentos de leituras, perguntas e participação ativa.

Essas são oportunidades de avaliar o aluno na íntegra, observando todos os aspectos do seu desenvolvimento, identificando pressupostos necessários para oportunizar a construção de novos conhecimentos.

Uma maneira de organizar este acervo de materiais ricos em informações sobre o desenvolvimento das crianças é a construção de portfólios.

Segundo Santarém (2004, p. 7), portfólio “se refere no sentido básico à organização de uma coletânea de registros sobre a aprendizagem do aluno”. Ou seja, são os trabalhos de escritas, desenhos, pinturas, matemática, que evidenciam a produção individual dos alunos nas diversas situações.

Muitos professores incluem a esses trabalhos, a fala da criança sobre a sua atividade, que pode ser a tradução de uma frase que ela tenha escrito, a história sobre seu desenho ou a explicação sobre seu raciocínio, enriquecendo ainda mais essa fonte de avaliação.

Isso significa que o portfólio vai representar o que o aluno pensou, como fez, o que sentiu, além de confirmar seu progresso por ser organizado em ordem cronológica, o que facilita a percepção até mesmo das crianças sobre o quanto melhoraram, reconhecendo seus avanços.

Essas pontuações nos levam a entender que para o professor, o portfólio é um precioso instrumento da prática educativa, pois ele contém dados reais e verídicos sobre o que o aluno aprendeu, disponibilizando ao docente uma visão global dos conhecimentos de seus educandos e suas formas de compreensão da aprendizagem. Assim, o educador obterá observações que o faz remeter a importância do olhar reflexivo para ressignificação de sua prática pedagógica. Ou seja, diante das situações de ensino-aprendizagem, o docente deverá fazer uma análise na qual considere todo o processo educativo e seus resultados, e reestruture sua atuação no sentido instrutivo.

Vale ressaltar que o portfólio realça as características típicas de cada criança expostas nos interesses, no modo de agir, nos conhecimentos prévios, em suas vivências, o que leva o docente a entender o que ocorre com cada um de seus aprendizes no processo educativo.

Neste sentido, Alencar (2007, p. 36) afirma:

Avaliar com portfólios pressupõe acompanhar avanço por avanço do aluno, descrever com fidelidade o que de fato cada um conseguiu agregar de valor a sua aprendizagem, valorizar o gosto e as reais necessidades do aprendiz e, por outro lado, oferecer ao professor um diagnóstico mais preciso do trabalho a realizar com seu aluno.

Portanto, o portfólio possibilita ressignificar a prática educativa e ampliar suas ramificações de aprendizagem, proporcionando um ensino adequado, adaptado às necessidades dos alunos, oferecendo a todos a oportunidade de se desenvolver e conquistar novos saberes.

Durante todo o processo de avaliação nos deparemos com algo comum e esperado em qualquer situação de aprendizagem: o erro. Mas, como encará-lo e interpretá-lo no processo avaliativo da Educação Infantil.

Partiremos da conceituação do erro segundo Luckesi (1997), que considera que só há a existência do erro quando existe um padrão considerado correto, o que quer dizer que

consideramos errado determinada resposta de um aluno quando comparado a uma que gostaríamos que ele tivesse dado, ou seja, há uma resposta pronta e elaborada pelo próprio professor.

Mas, consideraremos na Educação Infantil que as crianças se encontram em um ritmo acelerado de aprendizagem, o que as levam a interagir com seus conhecimentos de maneira distinta a cada dia, ocasionando a apresentação de diferentes respostas para um mesmo tema, pois associam suas aprendizagens a conhecimentos já fixados e modificam sua maneira de pensar.

Nesse caso, os professores desse ensino tem de considerar que o erro é um caminho para a compreensão, um caminho a ser percorrido para se chegar a um nível de desenvolvimento posterior. Devemos esclarecer que a criança ao realizar uma atividade proposta de maneira “errada” expressa que está reformulando seu pensamento e ampliando suas visões diante de tal aprendizagem.

Nessa dimensão, os erros devem ser ponderados como momentos significativos e impulsionadores da construção do saber.

Trata-se do professor adotar um princípio investigativo e acompanhar o processo de raciocínio da criança na elaboração de suas respostas.

A autora Hoffmann (1998) estabelece uma concepção de “erro construtivo”. Para ela, é preciso considerar o conhecimento produzido pelo aluno, como um momento de superação, pois as crianças aperfeiçoam seu modo de raciocinar na medida em que se deparam com novos desafios, reformulando suas hipóteses. Dessa maneira, precisamos valorizar os erros de nossos alunos numa perspectiva do que eles “virão a ser” e que erro é o caminho para essa conquista na aprendizagem.

Lima (1995, p. 87), afirma que “o erro deve ser encarado como resultado de uma postura de experimentação, onde a criança levanta hipóteses, planeja uma estratégia de ação e a põe à prova”.

Nesse aspecto, durante a prática avaliativa o professor precisa encarar o “erro” como elemento significativo para a construção do conhecimento, compreendendo a edificação de hipóteses das crianças, novamente se apoderando de dados que o levem a replanejar suas atividades pedagógicas favorecendo o avanço de seus educandos. Isso porque o erro indica o que a criança ainda não consegue fazer com autonomia.

É possível notar até aqui a extensão do processo de avaliação na Educação Infantil e o seu autêntico sentido.

Para Hidalgo (2004, p. 184), a figura do professor será altamente relevante para a formação do auto-conceito das crianças. Pois, ao internalizarem tais características como próprias, a criança pode elevar ou não sua auto-estima, influenciando diretamente em sua aprendizagem.

Isso porque a avaliação que fazemos sobre as competências, capacidades e habilidades de nossos alunos pode levá-los a se sentirem reconhecidos e valorizados por seu desempenho, motivando-os e fazendo-os sentirem-se capazes e impulsionados a novos desafios. O contrário também pode ocorrer. Ao receber avaliações negativas que enfatizem o insucesso do aluno em realizar determinada tarefa, ele pode se sentir incapaz, inferior ao deparar-se com novos desafios que o fariam atingir o progresso. O professor que reforça características negativas ao aluno enquanto aprendiz contribui para que ele tenha uma baixa autoestima, o que faz incidir sobre seu desempenho escolar.

O que queremos dizer é que, tanto as avaliações positivas quanto as negativas interferirão no autoconceito e na autoestima das crianças, condicionando suas personalidades.

Nesse sentido, o professor ao transmitir suas avaliações às crianças, deve salientar as conquistas que elas alcançaram, e valorizar suas atitudes positivas, seu esforço e desempenho durante a realização das atividades.

Reforçando essas colocações, destacamos a afirmação de Bassedas et al (1999, p. 150): “Portanto, a avaliação que a professora faz do aluno influi e condiciona a imagem que o menino e a menina vai formando em relação às suas capacidades e às suas possibilidades de seguir com um certo sucesso a sua escolaridade”.

O professor precisa estar ciente que suas avaliações contribuem ou não diretamente para a construção do autoconceito e da autoestima das crianças, e influem conseqüentemente no nível de seu interesse, esforço e desempenho durante as propostas das aulas.

Não podemos esquecer que essa transmissão da avaliação, pode ocorrer por meio de comentários, palavras, olhares e atitudes. Por essa razão, devemos buscar ao máximo apropriar-nos de posturas que os motive, ajude-os a conhecer suas próprias capacidades, causando efeitos positivos na construção do autoconceito do aluno. O objetivo primordial do docente deve ser fazer com que as crianças sintam-se capazes ao invés de desmotivá-las.

Nessa perspectiva, evidenciamos a relevância do profissional da Educação fixar um *feedback* positivo, que reconheça a dedicação do aluno para realização independente. Dessa maneira, Bassedas et al (1999, p. 180) afirmam “...para um aluno progredir, é necessário que o seu esforço seja recompensado de alguma maneira e que sua autoimagem e sua autoestima não fiquem prejudicadas”.

É dessa forma, que nossas avaliações poderão estimular e animar nossas crianças à nunca desistirem de seguir em frente, se esforçar para realizar determinadas tarefas, superar desafios, fazendo-as se sentirem capazes e competentes.

Tão importante quanto o cuidado em transmitir as avaliações aos alunos, é o cuidado na comunicação aos pais dos educandos. A família é parte integrante e interessada sobre a aprendizagem das crianças, e se sente envolvida nesse processo.

É necessário destacar que da mesma maneira que as avaliações que estabelecemos na escola têm influências determinantes para o aluno, na família não é diferente. Muitas vezes, os pais anseiam o sucesso escolar de seus filhos e criam expectativas sobre eles. Como vimos, a criança, ao tentar “ser” e atender às perspectivas dos pais, pode ter insucessos que reforcem seu autoconceito negativo e que se tornam agravantes no decorrer de sua vida escolar.

Assim ao transmitir a avaliação aos familiares, o professor deve explicar que se trata de um momento da aprendizagem no qual a criança se encontra, e que a mesma progride paulatinamente na interação. Dessa forma, é preciso que os pais também respeitem o tempo de aprender de seus filhos, reconhecendo-os como seres possuidores de características singulares, para que não adotem a comparação entre colegas da mesma turma.

Segundo Bassedas et al (1999, p. 182), deve ficar claro para a família que “nessa fase, em que iniciam todos os sentimentos e percepções sobre si mesmo, é muito importante que as visões e valorizações da escola e da família possam ser comentadas e, em especial, relativizadas”.

Trata-se de um trabalho de conscientização da família, para que elas possam entender as manifestações das crianças, valorizá-las e incentivem-nas a progredir em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Nesse sentido, Bassedas et al (1999), também enfatizam a análise dos elementos que compõem o processo educativo, e que auxiliara o docente no replanejamento de suas propostas didáticas tornando-as mais coerentes e fundamentais.

Para isso, as autoras organizaram um “Roteiro para analisar as atividades e as propostas didáticas”, do qual o professor poderá aproveitar no seu momento de reflexão crítica, para rever suas estratégias didáticas e novamente traçar elementos que necessitem de ressignificação para a aprendizagem significativa e global da criança.

Durante nossas explanações, é possível compreender que a avaliação não chega a um fim, ou seja, se caracteriza por ser um processo contínuo, permanente, que se dimensiona nas diversidades do mundo da Educação Infantil.

Dizemos que a avaliação deve ser uma prática ininterrupta, pois a cada conquista efetivada pelos alunos almejamos novas propostas desafiadoras que possibilitem aos alunos irem além do que já sabem, causando novas dificuldades, desequilíbrios, que serão superadas com as vivências e concretizadas como novos conhecimentos.

Diante dessas colocações é possível atribuímos à avaliação na Educação Infantil um incontestável valor perante a construção do conhecimento.

A justificativa é revelada na ampla extensão da avaliação, em que se guia a prática educativa no processo de ensino-aprendizagem e interfere significativamente na construção dos saberes.

Valorizar a avaliação como fator indissociável do ensino é incorporar um olhar reflexivo e crítico diante das ações docentes. O que significa que o professor deve investigar e aferir todos os momentos educativos e o conjunto de fatores que fundamentam e originam a aprendizagem.

Esse será o alicerce para que o aluno atinja o sucesso escolar, potencialize suas habilidades, desenvolva capacidades e se construa conhecimento de forma valorosa.

Desse modo, o professor tornar-se-á o principal instrumento de avaliação, ressignificando sua arte de ensinar para contribuir verdadeiramente na formação integral das crianças.

Portanto, Hoffmann (1997, p. 48), afirma: “A avaliação em Educação Infantil precisa resgatar urgentemente o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento infantil, de reflexão permanentemente sobre as crianças em seu cotidiano como elo da continuidade da ação pedagógica”.

Essa afirmação aponta a imensa necessidade de transformar a avaliação e incorporar seu real significado. Pois, acompanhar permanentemente as ações das crianças e suas evoluções, torna a avaliação mediadora de futuras conquistas. Para isso, é preciso considerar

cada etapa da vida escolar dos alunos como um momento rico e preciso para posteriores aquisições, entendendo que a aprendizagem é um processo de evoluções. Assim sendo, a criança sempre dará o máximo de seu esforço em busca de constantes melhorias.

Dessa forma, avaliar deve servir de meio para julgar a prática educativa e sedimentá-la por aspectos que interferem na construção do saber, mas agem aliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é um instrumento da educação que deve nortear a prática docente no dia a dia de sala de aula, favorecendo, dessa forma, o desenvolvimento infantil e a construção do conhecimento. No decorrer da pesquisa constatamos que avaliar transcende a simples conferência do que o aluno aprendeu, o que significa que o professor necessitará conhecer cada aluno na íntegra, entender suas hipóteses de pensamento e propiciar momentos desafiadores que contribuam significativamente para o processo de ensino-aprendizagem e para a evolução do aluno.

Vimos que para uma avaliação mais precisa o docente pode se apropriar de alguns instrumentos avaliativos como a observação, os relatórios, o portfólio, as fichas de avaliação e a própria autoavaliação docente. Destacamos que todo profissional da Educação Infantil deve ser um incessante observador sobre as manifestações, o desenvolvimento e os progressos das crianças. O ato de observar levará o professor a entender cada educando na sua particularidade. E a partir daí, assumir uma postura de análise reflexivo-crítica perante sua didática no processo de ensino-aprendizagem. Reflexão essa que agirá como propulsora da ressignificação da ação docente, pois um profissional comprometido com seu ofício e sua função de principal mediador do conhecimento se atentará para desenvolver atividades diversificadas que privilegiem a todos e, ainda, utilizará a avaliação a serviço da aprendizagem, sem julgamento e atribuições de conceitos.

Assim afirmamos que a avaliação na Educação Infantil será um elemento indispensável para transformar a realidade da educação e reconstruir a prática docente a partir de um novo olhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Marise Nancy e FRANÇA, Marise Carvalho. Portfólio: um recurso para estudo e prática na educação infantil. **Revista do professor**. Volume 23, nº90, p. 36-39. Porto alegre: CPOEC, abr/jun 2007.

ANTUNES, Celso. **Relações interpessoais e auto-estima**. A sala de aula como um espaço de crescimento integral. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BASSEDAS, Eulália, et al. **Aprender e Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CRESPO, Adriana. A intervenção docente no desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, volume 18, nº 50, 1999.

CURY, Augusto. **Pais Brilhantes, Professores fascinantes**. 19º Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

HADJI, Charles. Avaliação da Aprendizagem. **Revista Aprendizagem**. Ano 1, nº 1, p. 25-31, jul/Ago 2007.

HIDALGO, Victoria e PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento da personalidade nos anos pré-escolares. In: COLL, César et al (orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 178-189.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio** – Uma perspectiva construtivista. 24º Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

_____. **Avaliação na pré-escola**. Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 3º Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

_____. **Avaliação mediadora** – Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 14º Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática. A avaliação escolar**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LIMA, Adriana de O. **Avaliação escolar** – Julgamento x Construção. 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. 6º Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

MEC. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Volume 2, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. > Acesso em: 20 abril. 2019.

MEC. Parâmetros Nacionais de Qualidade para as Instituições de Educação Infantil. Ministerio da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Eduncif/eduncifparqualvol2.pdf>. > Acesso em: 16 abr. 2019.

PERRENOUD, Phillippe. Avaliação: Da excelência à regulação das aprendizagens- entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SALES, Emilia Cipriano. Avaliação na educação Infantil. **Revista Aprendizagem**. Ano 1, nº1, Jul/Ago 2007, p.42.

SILVA, Paula Vieira. Como a utilização de portfólios pode atuar estrategicamente na avaliação escolar. **Revista Aprendizagem**, Ano 1, nº 2, p. 8, Set/Out 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da Aprendizagem**: Práticas de Mudanças por uma práxis transformadora. 4º Ed. São Paulo: Libertad, 1998.